



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Informação n.º 136/2025-ULic

Porto Alegre, 07 de novembro de 2025.

**Ref.: Pregão Eletrônico n.º 53/2025 –  
PGEA N.º 00589.000.380/2025** – Objeto:  
Aquisição de 02 (dois) veículos automotivos  
novos, sem uso, ano e modelo atuais,  
emplacados/lacrados, conforme condições,  
quantidades e exigências estabelecidas  
neste Edital e seus Anexo.

Prezados(as) Senhores(as):

Trata-se do pedido de esclarecimento nº 29379, protocolado por *Rodney Izair Glanert Gambatto* no portal Pregão Online Banrisul, questionando, em síntese, se a empresa contratada terá de custear o pagamento das manutenções preventivas dos veículos objeto do certame; e, ainda, em caso positivo, qual seria a quilometragem média (mensal ou anual) estimada para os veículos em garantia, a fim de viabilizar a precificação da proposta.

Também sobre a garantia exigida no certame, informo que na data de 04/11/2025 a empresa *Savar Veículos Ltda* encaminhou e-mail à Unidade de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça, o qual segue transcrito para conhecimento de todos os interessados no PE. 53/2025, em razão de não ter sido protocolado no portal Banrisul:

“A Savar Veículos LTDA, Concessionária Mercedes-Benz com sua matriz em Porto Alegre, tomou conhecimento do edital de PE 53/2025 e possui interesse em participar. Verificamos que no termo de referência é solicitada garantia de 36 meses. Os furgões da Marca Mercedes-Benz possuem garantia de 24 meses. Desconhecemos qual marca poderia ofertar 36 meses de garantia do fabricante. Solicitamos o ajuste de tal exigência, para que o certame não se torne fracassado.”



**MPRS**

Ministério Público  
do Rio Grande do Sul

Unidade de Licitações

Rua General Andrade Neves, n.º 106 - 18º andar  
Bairro Centro – 90.010-210 – Porto Alegre/RS  
Fone: (51) 3295-8065 – [licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A área técnica foi cientificada e apresentou manifestação sobre os pedidos.

É o relato.

Passo à análise.

### **I – Do pedido de esclarecimento nº 29379:**

Por primeiro, o solicitante perguntou:

1 - O subitem 6.11.1.2 do Termo de Referência estabelece que a garantia será prestada "sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante", enquanto o subitem 6.11.1.10 obriga a realização de "manutenção preventiva, de acordo com os critérios definidos nos respectivos manuais". Diante do exposto, questionamos: as revisões preventivas obrigatórias, a serem realizadas durante o período de garantia de 36 meses, deverão ser custeadas pela empresa contratada?

**A resposta ao questionamento é negativa, as manutenções preventivas obrigatórias não são responsabilidade de contratada, pois o Termo de Referência não fixou tal obrigação.**

No ponto, a área técnica informou que:

*“...conforme o disposto nos subitens 6.11.1.2 e 6.11.1.10 do Termo de Referência, as revisões preventivas obrigatórias previstas nos manuais dos fabricantes **não são de responsabilidade da contratada**. As referidas revisões deverão ser **custeadas pelo Contratante**, devendo ser realizadas em concessionárias autorizadas da marca, conforme previsto no item 6.11.1.10.*

*Ressalta-se que a cláusula constante do subitem 6.11.1.2 (“sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante”) refere-se exclusivamente às **manutenções corretivas** decorrentes de defeitos de fabricação, falhas de montagem ou vícios de material, as quais permanecem integralmente sob responsabilidade da contratada.”*

Ainda, é conveniente complementar a informação, destacando que o Termo de Referência - Anexo I do Edital - definiu que incumbe à Contratada o custeio/realização da manutenção corretiva (subitem 6.11.1.3) e que a manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir os defeitos de fabricação apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, realização de ajustes, reparos e correções necessárias (subitem 6.11.1.7).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A seguir, no mesmo protocolo o solicitante também perguntou:

2 - Para a correta precificação da proposta, caso as revisões sejam de responsabilidade da contratada, é fundamental estimar a quantidade de manutenções necessárias. Desta forma, solicitamos: qual a quilometragem média (mensal ou anual) estimada para os veículos durante o período de garantia?”

**A resposta a este questionamento resta prejudicada, em face da resposta anterior.**

## **II. Do e-mail da empresa *Savar Veículos Ltda*:**

A empresa pede a redução do prazo de garantia dos veículos, aduzindo que os furgões da marca Mercedes-Benz possuem 24 meses de garantia e que desconhece veículos disponíveis no mercado que ofereçam 36 meses de garantia conforme exigido no certame.

O questionamento foi submetido à área técnica, que respondeu nos seguintes termos:

Em atenção ao pedido de esclarecimento referente ao **Pregão Eletrônico nº 53/2025**, esclarece-se que o **prazo mínimo de garantia de 36 (trinta e seis) meses**, previsto no **item 6.11.1.1** do Termo de Referência, **deve ser integralmente assegurado pela contratada**, independentemente do prazo de garantia concedido pelo fabricante.

O prazo mencionado **não se vincula à vigência contratual**, que é de 6 (seis) meses, mas sim à **obrigação acessória de garantia pós-entrega**, cabendo à empresa contratada **manter a cobertura técnica durante todo o período de 36 meses a contar do recebimento definitivo dos veículos**.

Assim, caso a garantia de fábrica seja inferior ao prazo exigido, a licitante vencedora deverá **complementar a cobertura por meio de garantia própria ou equivalente à modalidade de “garantia estendida”**, de forma a assegurar, sem interrupção, a assistência técnica e a substituição de peças e componentes durante todo o período mínimo estabelecido.

Tal exigência tem fundamento no art. **121, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a Administração a fixar prazos de garantia adequados à natureza e relevância do bem adquirido, visando preservar sua vida útil e a economicidade da contratação.



**MPRS**

Ministério Público  
do Rio Grande do Sul

Unidade de Licitações

Rua General Andrade Neves, n.º 106 - 18º andar  
Bairro Centro – 90.010-210 – Porto Alegre/RS  
Fone: (51) 3295-8065 – [licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Com efeito, o prazo de garantia foi avaliado no Procedimento nº 00589.000.380/2025, durante a fase interna do certame, onde foi constatado que outros órgãos haviam adquirido veículos com prazos variáveis de 36 a 60 meses.

De forma justificada, a área técnica informou que foram analisados critérios de relevância do bem adquirido, visando preservar sua vida útil e a economicidade da contratação, em especial pela funcionalidade pretendida (transporte de pessoas, além de cargas).

Portanto, além da discricionariedade do gestor, entende-se que a justificativa para a garantia exigida está adequada às finalidades de licitação.

Assim, não se acolhe o pedido.

Publique-se.

Era o que havia a informar.

Andréa Alonso Tavares,

Pregoeira.